O GOVERNO DO ESTADO NO CONSELHO DA SUFRAMA

Série Documentos

MANAUS, OUTUBRO DE 1979

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS

O GOVERNO DO ESTADO NO CONSELHO DA SUFRAMA

Série Documentos

MANAUS, OUTUBRO DE 1979

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS

UM APELO À SOLUÇÃO DA QUESTÃO ENERGÉTICA

Senhor Presidente,

Senhores Conselheiros,

Manaus, viveu, intensamente, há poucos dias, a realização do SEMINÁRIO SOBRE O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO, com a participação de técnicos, políticos, jornalistas e entusiastas da causa, sob a coordenação do Ministro César Cals, das Minas e Energia.

O Governo do Estado, preocupado com a questão, como não poderia deixar de ser, se pronunciou por nosso intermédio. Foi muito mais um convite à reflexão e uma revisão histórica da questão regional, do que uma análise estritamente técnica e inovadora.

Cremos ter alcançado o nosso objetivo de mostrar aos olhos de quem mesmo não quisesse ver, que ainda temos fontes de energia a oferecer e que a Amazônia pode dinamizar este processo alternativo para todo o Brasil. Além do mais, ressaltamos a participação empresarial nesta ação que, acima de tudo, compreendemos seja de brasilidade do que de outros interesses.

Desta forma, temos a honra de, hoje, em nome do Governo do Amazonas e na qualidade de amazônida, dirigirmo-nos ao empresariado amazonense ou que aqui se instalou com os objetivos de desenvolver a região. E o fazemos numa convocação veemente para

que se engaje na luta pela busca de fontes alternativas de energia.

Já temos exemplos que não podem ficar isolados, não só pela importância que representam, como também porque não buscam o isolamento no setor e as glórias da excepcionalidade. Trata-se de pesquisas de mamona e da re-refinação de óleo.

Esses empreendimentos merecem ser ressaltados para que se possa dimensionar a compreensão a que estes empresários chegaram da problemática energética e seus paralelos. Esse esforço singular, nascido da capacidade que lhes é inerente na administração dos negócios, tem que receber o apoio e a compreensão dos homens de Governo. E, principalmente, dos que administram ou ajudam a administrar as entidades de incentivo ao desenvolvimento da região.

Aqui, devemos destacar a SUFRAMA pelo apoio e incentivo que vem proporcionando à COMALUB.

Portanto, senhores empresários, é necessário que se compreenda o problema energético como mais um desafio. Um desafio à capacidade de cada um e do Governo. E, temos certeza, os órgãos de desenvolvimento regionais não lhes faltarão.

Temos urgência de um número cada vez maior de empreendimentos neste campo de atuação que é o do aproveitamento e desenvolvimento das fontes alternativas de energia ou renovação da utilização de bens já produzidos pelo petróleo.

Por isso, esta convocação. Que é muito mais do homem de vínculo histórico com o problema de energia do Estado. Do homem que sente hoje o reflexo direto na economia administrativa do problema energético. Do homem que deseja ver quebrado o encanto da Amazônia como eterno El-Dorado, sem o desconforto de vê-la arrasada, mutilada ou ferida no seu ecossistema.

Bem sabemos que a vida do empresariado local tem sido um eterno desafio. Um

quase constante superar de fases difíceis à nossa economia interna. Historicamente, tudo nos leva a esta definição. E, somente após a afirmação da Zona Franca de Manaus, os tempos melhoraram.

Sabemos também que, em nenhum momento, faltou aos homens de empresa de nossa região a compreensão maior das necessidades nacionais. Como também, em nenhum momento, ele deixou de se vincular a novos esforços para acelerar a solução de graves problemas desta área, favorecendo, assim, o nosso crescimento.

É bem verdade, que somente nesta administração da Zona Franca de Manaus nosso empresariado conseguiu a honra e a alegria de dialogar com um caboclo. De ter, na mesma dimensão do seu interesse regionalista, sem bairrismos, o atendimento exato de sua problemática. E isto sem ter a necessidade de explicar-se mais ou de ser levado a arquitetar saidas para suas questões.

Participamos todos de um jogo aberto porque desenvolvido entre pessoas que entendem, conhecem e vivem a Amazônia.

E é neste nível que desejamos mais uma vez o esforço do nosso empresariado para a condução da questão energética. E que, em breve, muitos sejam os projetos que, neste Conselho, estejamos analisando e aprovando como modelos capazes de modificar o panorama nacional de energia.

Com isso, estaremos fortalecendo nossa região, impondo nosso grupo empresarial, equacionando o problema regional, valorizando o homem local e, sobretudo, gerando novos empregos para o homem ribeirinho. Utilizaremos, assim, uma mão-de-obra de tantos conhecimentos naturais sobre a nossa terra.

Este, senhores, é um apelo de Governo Amazonense. Um chamamento a todos que aqui empregam seus esforços e desenvolvem seu capital para a nova ordem do dia do Brasil que é a questão energética.

E nós da Amazônia, com imensos espa-

ços, bases ecológicas e vocações naturais poderemos ajudar a resolvê-la. Cremos mesmo, pelo exemplo a que nos referimos, da mamona e da re-refinação de óleo combustível, termos a vocação empresarial para o entendimento da questão e a garra para vencê-la.

Entendam, senhores empresários, esta fala, e venham dar as mãos ao Governo que está pronto a lhes apoiar, já que por si só, reconhecemos, não tem a capacidade para resolver o problema. Mesmo porque é um problema de todos nós brasileiros e destinado a ser solucionado pelos que tenham boa-vontade e realmente creiam neste País.

Urge que façamos esta renovação de ação empresarial, redimensionando recursos de toda ordem para que enfrentemos a crise do combustível líquido e possamos, nós mesmos, gerar o novo combustível para um novo Amazonas, para um novo Brasil.

Pronunciamento do Vice-Governador do Estado, Dr. Paulo Pinto Nery, na 65.ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SUFRAMA, realizada no dia 5 de outubro de 1979.

O FORTALECIMENTO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Senhor Presidente

Senhor Superintendente da SUFRAMA

Senhores Conselheiros

A oportunidade de participar, pela vez primeira, da reunião deste Conselho, na qualidade de representante do Governo do Estado e como seu Vice-Governador, honra-me expressar o pensamento e a filosofia de governo que se vai implantando nestes primeiros momentos de administração do Professor JOSÉ LINDOSO, especialmente a que se refere ao processo desenvolvimentista conseguido pela instituição da Zona Franca de Manaus.

Oportunidade singular, também, porque o faço tendo na direção do Órgão uma liderança e inteligência amazônica, fruto da nossa Universidade e experimentada nos campos sócio-econômicos e administrativos do próprio Governo.

Pela consciência que têm da região, Governador e Superintendente estão buscando alcançar a mesma linguagem e desenvolver os mesmos serviços, cada um no seu campo, visando a valorização do homem: Política e filosofia meritórias.

Entretanto, desejo manifestar a preocupação do Governo, e minha em particular,

a vista do que se divulga ser a posição das multinacionais contra o pólo de componentes da Zona Franca de Manaus. Historicamente, a internacionalização do negócio não é fenômeno recente, pois se vê que elas estavam aí desde antes da 1.ª Grande Guerra, mas há pouco é quem têm sido olhadas com assombro, especialmente por alguns segmentos sociais do povo brasileiro. Entendo que a multinacional deve procurar, estrutural e operacionalmente, tornar-se co-igual às operações nacionais e na qual a administração sem respeitar fronteiras nacionais, busque seus objetivos e distribua vivência, experiência, capital e demais recursos adquiridos.

A preocupação manifestada por empresários amazonenses ou aqui radicados, ajudando a fazer crescer o nosso pólo industrial, com referência ao pólo de componentes e a disputa do mercado de fora do Estado, até certo ponto desleal, do ponto de vista comercial, serve para refletir a preocupação do Governo.

Não me posiciono contrário às multinacionais, nem poderia fazê-lo, pela importância que representam pelo alto indice de empregos que geram em todo o território nacional, mas acredito que se deva estabelecer mecanismos de controle de sua atuação, um disciplinamento formal e institucional, capaz de evitar que a ação destas empresas, objetiva ou subjetivamente, acarrete prejuízos concretos ao empresariado nacional, especialmente no caso a que se alude — pólo de componentes. Entendo que o relacionamento comercial entre países deve ser estreitado até mesmo com a composição de empresas comuns, até pela necessidade cada vez maior de um estreitamento entre os povos e o apoio de economias internas, mas não posso olvidar a necessidade do respeito e do estabelecimento de relação comercial clara e sem busca de pressões, das empresas assim compostas com aquelas que são inteiramente nacionais. Não vejo preferência. Encaro como medida salutar o bom entendimento e o respeito pelos empreendimentos internos do capital nacional.

Gostaria mesmo que a posição do empresariado local, interessado no desenvolvimento do pólo de componentes, servisse de provocação para que os empresários de outros pontos do Brasil e do mundo, multinacionais já localizados no país, passassem a se interessar pelo estabelecimento de suas empresas na Zona Franca de Manaus, alinhando-se no fortalecimento do instituto criado em 1967 e no crescimento regional. A posição é: alinhar-se aos empresários aqui radicados e vir instalar seus empreendimentos em Manaus ou não promover pressões contra os empresários que, daqui deste ponto distante, busquem fazê-lo, contrariando o mercado implantado no sul do país. Fortalecemos, assim, se posso dizer, a proposição do ilustre economista RUY ALBERTO COSTA LINS, declarando: vir ou não tentar impedir que aqui se faça o desenvolvimento empresarial de que necessitamos.

O fortalecimento do polo eletrônico da Zona Franca de Manaus significa para nós, cidadãos e Governo, a manutenção da integridade da instituição jurídica da Zona Franca, inspirada na ação política de FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, que pela cultura e pela dedicação se incorporou a nossa terra. O comportamento do Conselho de Desenvolvimento Industrial fere a preocupação do Governo Federal de desenvolver a nossa região, e historicamente se contrapõe a toda uma ação globalizante do poder administrativo do Estado, sempre preocupada em consolidar a Zona Franca.

Nesta primeira participação oficial como representante do Governo do Estado não poderia silenciar diante de tão delicada questão, a influência negativa e o desfavorecimento exercido pela questão da Instrução Normativa 046 e do pólo de componentes, e desejo mesmo reafirmar a reivindicação governamental ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, MÁRIO DAVID ANDREAZZA, cuja sensibilidade por nossas questões sempre foi significativa, que se procure evitar alterações prejudiciais à Zona Franca de Manaus, quer de base, quer de legislação, porque ela é, na

verdade, irremovível como necessidade de nosso mercado, como força viva e capaz de desenvolver e solidificar o crescimento regional, e sobretudo porque ela representa o apoio basilar para a constituição de uma nova Amazônia, integrada pelas rodovias, dinamizada no uso das hidrovias, industrializada pelo instituto que Presidente HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, impôs coragem e brasilidade medidas.

Não é demais repetir aqui um fraseado onde pode parecer já até, chavão, sobre a questão: Senhor Ministro, favoreça a que a Zona Franca de Manaus seja intocável, não por vaidade nossa, mas por necessidade que se refere a todo o Brasil e à política nacional.

Paulo Pinto Nery
Vice-Governador do Estado

Pronunciamento do Vice-Governador do Estado, Dr. PAULO PINTO NERY, na 60.ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SUFRAMA, realizada no dia 03 de maio de 1979.

SUPERINTEDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL PARA MANAUS

Senhor Presidente do Conselho

Senhores Conselheiros

O Governo do Estado por meu intermédio, consciente dos altos graus de responsabilidade a que estamos sujeitos, todos, que constituímos este Conselho de Administração, estabeleceu na reunião inaugural deste novo período de atividades, diante da presença do ilustre Ministro do Interior, Cel. MÁRIO DAVID ANDREAZZA, um posicionamento de defesa dos polos de componentes na Zona Franca, posição que não é intransigentemente nacionalista, porém nacional, dentro dos limites a que possamos suportar com nosso trabalho, experiência e capital.

Foi uma definição. Hoje voltamos a ocupar o espaço reservado para pronunciamentos dos senhores Conselheiros, afirmando existir nova questão e grave problema que dificulta o bom andamento das questões internas da Zona Franca de Manaus, e o contato até com o turista nacional ou estrangeiro que nos visita. Trata-se da urgente necessidade de ter implantado aqui em Manaus, uma Superintendência da Receita Federal, fato que já foi encaminhado pelo Senhor Governador JOSÉ LINDOSO aos órgãos competentes, e reclamado por políticos locais. Não por isso

deveria o Conselho de Administração da SUFRAMA ficar omisso oficialmente, aliás questão que não agradaria pessoalmente a nenhum de nós que o compomos, creio, e especialmente a Vossa Excelência que ao assumir a Superintendência deste importante órgão de desenvolvimento se propôs a estabelecer uma política de ação voltada para o homem e aberta aos interesses locais.

A transformação da Delegacia da Receita Federal em Superintendência é necessidade inquestionável, não só pelo que representamos como polo de desenvolvimento da Amazônia Ocidental, como também pela simplificação de relacionamento e de solução de problemas, às vezes de simples entendimento entre autoridades e empresários diretamente interessados. O distanciamento na Amazônia, chamado por uns de "vazio amazônico", tem sido historicamente o grande responsável pelas dificuldades de crescimento da região, desenvolvimento harmônico, porque os órgãos responsáveis pela dinamização destes fatores têm sido localizados distantes das nossas necessidades concretas.

Não poderíamos silenciar diante de tão grande necessidade, que se impõe mesmo para o melhor andamento das ações que decididas neste Conselho, sejam cumpridas pela SUFRAMA e dos programas de fomento ao turismo que o Governo vai implantar, principalmente em Manaus. Urge que este Conselho encaminhe reivindicação formal ao Senhor Ministro da Fazenda para que transforme com urgência a atual Delegacia da Receita Federal de Manaus, em Superintendência para inclusive evitar questões como a que hoje se comprova, com o Supermercado Royale, verdadeira aberração contra a hierarquia administrativa. Que seja este nosso segundo pronunciamento neste Conselho, aprovado e encaminhado o pleito com urgência ao Senhor Ministro da área competente, como fortalecimento aos pleitos idênticos já dirigidos àquela Pasta, mas principalmente para demonstrar o alto nível de responsabilidade e consciente ação que reina entre nós, diante dos proble-

mas regionais, em qualquer esfera em que se encontrem.

Aprovada esta indicação comprovar-se-á o concreto interesse deste Conselho em defender os interesses regionais.

Pronunciamento do Dr. PAULO PINTO NERY, Vice-Governador do Estado, Representante do Governo no Conselho de Administração da SUFRAMA, em Manaus, 08 de junho de 1979.